



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I**

1 Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às dez horas e trinta minutos, no auditório  
2 da Câmara de Vereadores de Japeri, na Rua Francisco Antonio Rossi, setenta e nove – Engenheiro  
3 Pedreira, ocorreu a sexta reunião ordinária CIR Metropolitana I, com presença dos membros da  
4 **Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES):** Sra. Patrícia Vanda – Coordenadora CIR  
5 Metropolitana I, Sra. Sidnéa Alvim da Silva – Secretária Executiva, Sra. Ana Paula Liberal – Assessora  
6 de Integração Regional, Sra. Irene Leonae Goldschmidt – Apoiadora SAB/SES, Sra. Carla Moura Lima  
7 - Coordenadora EdPopSUS/RJ, Sra. Amanda Almeida – Assessoria PAISMCA/SES, Sra. Rosemary  
8 Mendes Rocha – CGVS/SVS e dos **Representantes das Secretárias Municipais de Saúde: SMS**  
9 **Duque de Caxias** – Sra. Fatima Sayeg – Assessora de Planejamento; **SMS Japeri** – Sr. Silvio  
10 Mendonça – Secretário de Saúde Interino, Sr. Josélio Abreu Rosa – Subsecretário, Sr. Vitor Santos  
11 Duarte Silva – Assessor de Regulação, Sr. Wellington C. Silva – Coordenação de Saúde Coletiva, Sra.  
12 Lucimar Martins da Silva – Coord. AP., Sra. Arlene Alencar Rodrigues – Enf. Sup. AP., Sra. Rosiane  
13 Silva Guimarães – Aux. Administrativo, Sra. Juliana C. Q. Ibrahim – Ass. Administrativo, Sra. Deise  
14 Luci Gonçalves – Ag. Administrativo, **SMS Magé** – Sra. Rafaella Vidal de Andrade – Coordenação de  
15 Atenção Básica, Sra. Flavia Amaral de S. Moreira – Coordenação PAISMCA, **SMS Mesquita** – Sra.  
16 Glaucia Araújo – Coord. AB/VS, **SMS Nova Iguaçu** – Sra. Marcia Cristina Ribeiro Paula –  
17 Subsecretária, SMS Queimados – Sra. Rosane Dameire – Subsecretária, **SMS São João de Meriti** – Sr.  
18 Oscar Berro – Secretário de Saúde, Sr. Junior – Assessor; **SMS Seropédica** - Sra. Dulce Souza Inoue –  
19 Subsecretária Interina. **I – Pactuação: 1 - Aprovação das Atas** - Foi considerada aprovada a ata da  
20 quinta Reunião Ordinária, visto que não houve pedido de alteração. **2 – Ratificação da Deliberação**  
21 **18/2013**, que Pactua **AD REFERENDUM** o Projeto Olhar Brasil – A Sra. Ana Paula esclarece que  
22 solicitou as CIRs do estado que emitissem as deliberações Ad Referendum a fim de que os municípios  
23 não perdessem o prazo do MS para adesão ao projeto, que seria dia 15 de julho e agora há a necessidade  
24 de ratificação da mesma. A plenária considerou pactuada a ratificação do Projeto Olhar Brasil na  
25 Região. **3 – Redesenho da Rede Cegonha – Atualização/revisão das propostas de investimentos e**  
26 **reforma do CPN, CGBP, Ambiência na região** – A Sra. Amanda da SAS realiza a apresentação  
27 dizendo que a proposta é repactuar os investimentos da Rede Cegonha do MS na Região. Os  
28 investimentos são para Centro de Parto Normal - CPN, Casa da Gestante, Bebe e Puerpério - CGBP,  
29 reforma de ambiência. Ela enfatiza que as Regiões Metropolitanas foram pioneiras na estruturação dessa  
30 Rede, a qual é preconizada pela Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011 - que institui no âmbito do  
31 Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha; a Portaria nº 650, de 05 de outubro de 2011 - que  
32 dispõe sobre os planos de ação regional e municipal referente aos repasses dos recursos, o  
33 monitoramento de avaliação da Rede Cegonha e da Portaria nº 2.351, de 05 de outubro de 2011 – que  
34 altera a Portaria nº 1.459. A Rede tem como objetivos: implantar um novo modelo de atenção ao parto,  
35 nascimento e à saúde da criança; organizar a rede de atenção que garanta acesso, acolhimento e  
36 resolutividade; e reduzir a mortalidade materna e neonatal. Essa rede de cuidados assegura às mulheres o  
37 direito ao planejamento reprodutivo, à atenção humanizada à gravidez, parto e puerpério. Garante  
38 também às crianças o direito ao nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudáveis. A Rede  
39 tem quatro componentes: Pré-natal, parto e nascimento, puerpério e atenção à criança e transporte e  
40 regulação, que se desdobram em várias ações e recursos. Diante disso surgiu uma nova portaria que é a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I**

41 Portaria ° 904, de 29 de maio de 2013, que estabelece diretrizes para implantação e habilitação de Centro  
42 De Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para o atendimento à mulher e  
43 ao recém-nascido no momento do parto e do nascimento, em conformidade com o Componente parto e  
44 nascimento da rede cegonha, e dispõe sobre os respectivos incentivos financeiros de investimento,  
45 custeio e custeio mensal. E, a Portaria nº 1.020, de 29 de maio de 2013, que institui as diretrizes para a  
46 organização da Atenção à Saúde na *gestação de alto risco* define os critérios para a implantação e  
47 habilitação dos serviços de referência à Atenção à Saúde na Gestaçao de Alto Risco, incluída a Casa de  
48 Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), em conformidade com a Rede Cegonha. Ela destacou como, dentre  
49 esses componentes o que dá direito a gestante a acompanhante durante a internação; a oferta de métodos  
50 de alívio da dor; e a liberdade na escolha de posição no parto; contato pele a pele mãe – bebê e o  
51 acolhimento adequado às especificidades étnico-culturais. Quanto à segurança na atenção ao parto e  
52 nascimento as maternidades terão de implantar alas, Centros de Parto Normal e Leitos pré-parto, parto e  
53 pós-parto. As Casas Gestante, Bebe e Puerpério podem ser instaladas junto a maternidades de alto risco  
54 para gestantes que demandam atenção em serviços de alta-complexidade, mas não exigem vigilância  
55 constante em ambiente hospitalar e/ou não podem retornar ao domicílio. E para mães que têm bebês  
56 internados na UTI/UCI em tratamento clínico que não exija internação hospitalar. A Sra. Amanda  
57 esclarece que todo o recurso e intenção do MS são para incentivo na mudança do modelo de atenção  
58 tornando o parto mais humanizado com os direcionamentos já apresentados de direito a acompanhante,  
59 alívio da dor, diminuição de partos do tipo Cesário e opção posição de parto, visto que os indicadores de  
60 mortalidade e morbidade são elevados na região. Após discussão o Sr. Oscar informa que o município  
61 de São João de Meriti está em negociação com as instituições, visto que aguarda a visita da Sra. Monica  
62 Almeida para conclusão. Entretanto ele pede a inserção da Maternidade Casa de Caridade e Hospital da  
63 Mulher para duas unidades de parto normal com reforma de ambiência e centro de parto normal. A Sra.  
64 Amanda diz que essa proposta já está no MS, mas que será novamente encaminhada de forma mais  
65 completa com a deliberação da CIR. A Sra. Dulce informa que as negociações em Seropédica estão  
66 adiantadas tendo a visita da Caixa Econômica. Dois apartamentos estão prontos e três estão em  
67 construção. Ela informa também que em Itaguaí as negociações terão de ser reapresentadas visto que o  
68 antigo gestor não completou os trâmites necessários. A Sra. Amanda informa que, no ano passado,  
69 muitos projetos foram enviados, mas poucos aprovados. Itaguaí e Seropédica estavam na lista dos  
70 aprovados. É consenso de que seja reenviado os projetos desses municípios aguardando resposta do MS.  
71 A Sra. Amanda informa que este ano a elaboração dos projetos será coletiva evitando os transtornos de  
72 hoje. Os projetos deverão ser inseridos no SICONV e posteriormente negociados com a Caixa  
73 Econômica. A Sra. Fatima solicita a inclusão do Hospital Moacyr do Carmo com reforma de ambiência  
74 e a Maternidade de Santa Cruz da Serra Mãe Caxiense com ambiência e CPN. O Sr. Oscar sugere que as  
75 reuniões sejam em um só lugar para aperfeiçoar as discussões. A Sra. Ana esclarece que a CIR é o local  
76 de discussão e pactuação para efeito de negociação válida e oficial. Ela diz que na Metropolitana I a  
77 evasão é crônica em relação às reuniões da CIR, entretanto afirma que essa é uma atitude prejudicial a  
78 região visto que esse encontro se realiza uma vez por mês não justificando a ausência, até porque o  
79 calendário foi pactuado até o final do ano e ocorrem poucas alterações. O Sr. Oscar pede que o CISBAF  
80 seja um ente auxiliar de comunicação e se compromete em fazer contato com o secretário de Nilópolis



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I**

81 no sentido de ser beneficiado com a organização da Rede Cegonha. A Sra. Amanda diz que os  
82 secretários precisam ser comprometidos com o modelo instituído, afinal o recurso é para melhoria da  
83 atenção nos moldes estabelecidos pelo MS. A proposta ficou em aberto aguardando a definição do  
84 contato com o Secretário de Nilópolis. A Sra. Amanda informa que em breve, após a emissão da  
85 deliberação junto com a planilha, convocará uma reunião com os municípios envolvidos, a SAS e o MS  
86 para elaboração dos projetos, a fim de evitar tramitação desnecessária e eliminação dos possíveis erros  
87 em razão dos problemas ocorridos nos projetos anteriores. A Sra. Amanda informa que com a ausência,  
88 nesta plenária, de representante do Rio de Janeiro não haverá pactuação em relação a esse município  
89 neste momento, visto que as características são diferenciadas, entretanto o objetivo foi alcançado já que  
90 a intenção é pactuar o redesenho da Rede Cegonha na baixada. O Sr. Oscar informa que obteve do  
91 secretário de Saúde de Nilópolis a justificativa de sua ausência e o pedido de inclusão do município no  
92 redesenho da Rede Cegonha, visto que o Hospital JK está em obras. Com o de acordo dos presentes foi  
93 considerada pactuada o redesenho da Rede Cegonha. **II – Apresentação - 1. Recursos NDVS – A Sra.**  
94 **Rosemary** - Coordenadora do Centro de Apoio a Gestão da Subsecretaria de Vigilância em Saúde,  
95 instância a qual os Núcleos Descentralizados de Vigilância em Saúde são técnico e administrativamente  
96 subordinados, esclarece que os núcleos foram implantados em 2005 com a finalidade de fomentar os  
97 sistemas de vigilância em saúde estadual e municipal considerando o projeto do VIGISUS, que estrutura  
98 o sistema nacional de vigilância. O Estado do RJ construiu um projeto único. Através da implantação  
99 desses núcleos o estado deu início ao processo de regionalização do estado. São nove núcleos no estado  
100 sendo um em cada região solidária e compartilhada com a CIR no sentido único de melhorar a saúde da  
101 população. O núcleo tem papel importante de criar soluções objetivas para dar base de planejamento aos  
102 gestores. Com a evolução dos trabalhos houve a necessidade de estruturar efetivamente o núcleo de  
103 forma que os recursos para manutenção foram descentralizados. Pra isso a Deliberação CIB-RJ nº 721  
104 de 03 de setembro de 2009 - que aprova alocação de recurso para o núcleo de vigilância em saúde, das  
105 regiões Norte, Baía de Ilha Grande, Centro Sul, Metropolitana I, Metropolitana II, e do Médio Paraíba  
106 foi emitida. O recurso foi alocado no município de São João de Meriti. Ela esclarece que a “Deliberação  
107 CIB-RJ Nº 1174”, de 09 de Dezembro de 2010, aprova a transferência de recursos no valor de R\$  
108 60.000,00 (sessenta mil reais) ao ano, do Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde do Fundo  
109 Municipal de Saúde de São João de Meriti para o Fundo Municipal de Saúde de Nova Iguaçu onde se  
110 encontra a sede do núcleo. Entretanto até a presente data o recurso não foi efetivamente repassado ao  
111 município de Nova Iguaçu, totalizando um acúmulo de duzentos e vinte mil reais ao longo desses anos,  
112 tendo em vista que o município de São João não conseguiu viabilizá-lo. A Sra. Rosemary esclarece que  
113 o objetivo é conscientizar a gestão de São João de Meriti de que deverá efetuar o repasse do recurso. O  
114 Sr. Oscar se justifica dizendo que até este momento não tinha conhecimento do fato, entretanto tomará  
115 as providências necessárias para viabilizar os procedimentos de transferência do recurso. **2 – Programa**  
116 **de Qualificação de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Vigilância em Saúde em**  
117 **Educação Popular em Saúde – A Sra. Carla** da Coordenação Estadual do Programa de Qualificação  
118 em Educação Popular em Saúde – EdPopSUS é quem faz a apresentação esclarecendo que esse  
119 programa é um convênio FIOCRUZ com o MS aplicado como experiência piloto em apenas dez estados.  
120 O Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou em 16 de julho de 2012 a Política Nacional de Educação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I**

121 Popular em Saúde, entretanto ainda não há portaria regulamentando. O Programa, que começa com o  
122 curso de sensibilização é a primeira ação de formação dessa política. A estratégia de saúde da família, os  
123 agentes comunitários e os agentes de vigilância são os mais adequados a estarem fazendo parte da  
124 capacitação, por ser o grupo que estão mais próximos à população. O Programa oferece: a organização  
125 do curso; material didático; profissionais que vão trabalhar; ajuda de dez reais para refeição; certificação  
126 pela Fiocruz e, a contra partida dos municípios é viabilizar transporte dos participantes; complementação  
127 de ajuda para refeição; liberação dos participantes, além da região apontar um município para ser polo  
128 de ensino que tenha estrutura para acolher turmas com cerca de trinta e cinco alunos em salas de aula  
129 com acesso a computadores disponíveis para uma aula apenas. A estrutura pedagógica é de dois  
130 mediadores - que estarão em contato direto com os alunos em todos os momentos presenciais e darão  
131 suporte nos momentos à distância; um educador que terá contato direto com os alunos em parte dos  
132 momentos presenciais e dará suporte pedagógico para o mediador e um orientador de aprendizagem que  
133 fornecerá apoio e acompanhamento ao mediador e ao educador em saúde. Na estimativa para  
134 distribuição de vagas serão selecionados, no próximo mês, dois mil oitocentos e sessenta e seis  
135 Discentes, para o curso introdutório e, destes, novecentos e cinquenta e cinco farão o curso de  
136 aperfeiçoamento. No corpo docente serão selecionados vinte e sete Mediadores mais catorze Educadores  
137 em saúde. Os três Orientadores de Aprendizagem já foram selecionados pela FIOCRUZ. Dependendo  
138 do número de turmas os mediadores serão selecionados dentre candidatos da própria região. O curso  
139 introdutório será de um mês dividido em quatro encontros semanais de oito horas além de duas horas de  
140 conexão na internet e reuniões em equipe para preparação do trabalho final. Cada grupo de alunos  
141 apresentará o processo reflexivo acerca de sua prática, podendo ser um retrato crítico até a  
142 sistematização de uma prática em formato flexível (vídeo, peça teatral, cordel, podcast etc.). Após o  
143 curso introdutório acontecerá um aperfeiçoamento em que o grupo será de apenas um terço dos  
144 capacitados na primeira etapa. Um dos critérios de seleção é de que os candidatos devem ter vínculo  
145 estável no município. Os selecionados como mediadores e educadores receberão uma bolsa pelo período  
146 de seis meses que poderão ser prorrogados por igual período. Há uma disponibilidade de vinte e duas  
147 turmas acontecendo na região de setembro a novembro. A proposta de distribuição de vagas foi baseada  
148 na quantidade de agentes existentes em cada região. Pela quantidade de agentes o Rio de Janeiro, como  
149 capital, será polo para os seus agentes. Ficou pactuado a distribuição de vagas de acordo com a  
150 proposta demonstrada no quadro em anexo a essa ata. O Sr. Oscar pede esclarecimentos quanto aos  
151 requisitos exigidos aos profissionais candidatos para seleção dos mediadores e educadores. A Sra. Carla  
152 informa que para mediador é necessário ter graduação por questões legais e experiência docente. O  
153 educador popular não precisa ter graduação, mas é necessário ter experiência em educação popular.  
154 Ambos selecionados pela banca da FIOCRUZ. Ela diz também que no edital constarão todos os  
155 critérios detalhadamente. A Sra. Patrícia sugere que após a conclusão do curso seja divulgado para a  
156 Educação Permanente o nome dos formandos, a fim de que futuramente estes possam ser identificados  
157 para serem multiplicadores. Seropédica, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Duque de Caxias se  
158 candidataram como polos. A Sra. Ana Paula sugere que seja agendada uma reunião para organização  
159 dos detalhes. A Sra. Patrícia lembra que essa apresentação não foi feita na CIES, por isso sugere que os  
160 componentes da comissão sejam convidados para a reunião de ajustes e detalhamento. A Sra. Rosemary



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I**

161 questiona a ausência do quantitativo de vagas para agentes de Controle de endemias. A Sra. Carla diz  
162 que não recebeu a listagem dos agentes solicitada ao estado. Ela esclarece que a proposta de distribuição  
163 de vagas pode ser alterada de acordo com a necessidade de cada município, ou seja, o numero de vagas  
164 proposto pode ser incluído os agentes de controle de endemias, se assim o gestor municipal entender ser  
165 o melhor. Ficou agendado o dia primeiro de agosto para o encontro de detalhamento dos municípios  
166 polos. **III – Informes – GTs: CIES, Dengue e Planejamento** - Dia primeiro aconteceria à reunião da  
167 CIES, mas será revista a data, tendo em vista o acúmulo da agenda. No GT Dengue está sendo discutido  
168 o plano regional de UBV. Dia trinta e um o GT de Planejamento estará encerrando a matriz para ser  
169 pactuado na próxima CIR. **2. QualisUS** - Qualisus terá uma reunião no dia primeiro de agosto no  
170 auditório da Rua Graça Aranha, cento e oitenta e dois. **3. SITEC** – o sistema continuará operando até  
171 que sejam estabelecidas pela SES outras referencias e consequentemente pactuadas em CIB. O Sr. Oscar  
172 questiona a posição do SITEC que não está dando conta da demanda. Ele diz que poderia ser feitos  
173 contratos para atender a demanda. A Sra. Ana Paula lembra que em alguns municípios como Nova  
174 Iguaçu e Duque de Caxias tem outras referencias. Lembra também que as referencias foram canceladas  
175 pela má qualidade dos exames. O Sr. Oscar fala de sua indignação quanto ao mau uso do dinheiro  
176 público e o mau atendimento a população. Ele sugere a manutenção de contratação para atender a  
177 demanda de exames, assim como já tem feito por ocasião da cobrança do MP. A Sra. Fatima ressalta de  
178 que a negociação dos laboratórios que hoje foram dispensados foi negociada pela SES. Após calorosa  
179 discussão a Sra. Ana Paula diz que a proposta do Sr. Oscar, de estender a representação da CIR pelos  
180 subsecretários será estuda para possível aplicação. A Rede de Oncologia solicita o preenchimento do  
181 questionário enviado. O Sr. Oscar diz que as portas para oncologia no município do Rio de Janeiro nas  
182 estão fechadas. Ele está enviando pacientes para São Paulo. A situação é grave. **4. SISPRENATAL**  
183 **WEB** - Será elaborado um relatório enumerando os problemas do sis prenatal web para ser encaminhada  
184 a área técnica para análise. Esse relatório será usado para subsidiar discussão junto ao MS. O Sr. Oscar  
185 informa que o município de São João de Meriti desapropriou oficialmente o Hospital João XXIII e a ele  
186 foi dada a incumbência de captar recursos para reforma ou construção de um hospital pediátrico com  
187 UTI pediátrica em até um ano. Ele deixa o convite para quem quiser fazer parceria. A Sra. Amanda  
188 informa que foi encaminhado um ofício aos gestores para indicação de profissionais para um dia de  
189 curso de urgência pediátrica em São Paulo promovido pelo MS. São poucas vagas, mas será custeado  
190 pela coordenação do curso. É um curso operacional destinado a quem está na linha de frente do  
191 atendimento. Ela pede que todos estejam atentos, pois serão feitos contatos telefônicos para captação das  
192 informações. Reunião encerrada às doze horas e quarenta e cinco minutos. Eu, Sidnéa Alvim da Silva,  
193 Secretária Executiva lavrei a presente ata.

194  
195  
196  
197  
198  
199  
200



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL – CIR/METROPOLITANA I

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA  
METROPOLITANA I

ANEXO

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS POR MUNICÍPIO

<b>METROPOLITANA I</b>	<b>ACS pagos/MS</b>	<b>TOTAL DE VAGAS PARA REGIÃO</b>	<b>IMPACTO PERCENTUAL NA REGIÃO (%)</b>	<b>Nº DE VAGAS OFERECIDAS PELO EDPOPSUS PELO CRITÉRIO DA PROPORCIONALIDADE</b>
Belford Roxo	214	<b>770</b>	6,9	53
Duque de Caxias	454		14,6	112
Itaguaí	56		1,8	15
Japeri	150		4,8	37
Magé	439		14,11	109
Mesquita	137		4,4	34
Nilópolis	353		11,34	87
Nova Iguaçu	645		20,7	160
Queimados	64		2,0	15
São João do Meriti	467		15	116
Seropédica	132		4,2	32
Rio de Janeiro	4781	1200	---	1200

201  
202

203